DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 18402/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/20454/2014
PROTOCOLO	: 1474889
ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - AGEHAB
ORDENADOR DE DESPESAS	: MIRIAM APARECIDA PAULATTI
CARGO DO ORDENADOR	: DIRETORA-PRESIDENTE À ÉPOCA
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 2/2014
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: CONVITE N. 10/2013
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS SOCIAIS
EMPRESA CONTRATADA	: DINAIR DE SOUZA PINHEIRO-ME
VALOR INICIAL	: R$ 70.120,00
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. EXECUÇÃO FINANCEIRA. LEGALIDADE E REGULARIDADE.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos do Contrato Administrativo n. 2/2014, celebrado entre a Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul (AGEHAB) e a empresa Dinair de Souza Pinheiro-ME, decorrente do procedimento licitatório, na modalidade Convite n. 10/2013, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos sociais para a execução do projeto de trabalho social integrante do Programa “MS Cidadão – Casa da Gente”, no Município de Corumbá/MS, no valor de R$ 70.120,00 (setenta mil, cento e vinte reais), constando como responsável a Sra. Miriam Aparecida Paulatti, Diretora-Presidente à época.

O procedimento licitatório e a formalização e o teor do contrato foram julgados legais e regulares por meio da Decisão Singular DSG-G.ODJ-1252/2017, peça 37.

Analisam-se, neste momento, atos de execução financeira, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013.

Após a análise dos documentos apresentados pelo jurisdicionado, tanto o corpo técnico, conforme Análise ANA-4ICE-11942/2017, quanto o Ministério Público de Contas – MPC, Parecer PAR – 4ª PRC – 25865/2017, opinaram pela legalidade e regularidade dos atos.

DA DECISÃO

Extrai-se dos autos que não houve qualquer irregularidade que pudesse macular a presente contratação.

Os documentos concernentes à execução financeira do Contrato Administrativo n. 2/2014 comprovam a execução do objeto contratado:

Valor contratado	R$ 70.120,00
Valor empenhado	R$ 70.120,00
Valor liquidado	R$ 70.120,00
Valor pago	R$ 70.120,00

Como se vê, são idênticos os valores relativos às três etapas da execução da despesa, quais sejam, empenho, liquidação e pagamento, circunstância que revela a correta liquidação do objeto.

Nessas condições, considerando que foram atendidas as exigências contidas na Lei n. 4.320/64, bem como nas normas regimentais estabelecidas por esta Corte de Contas, concluo que os atos de execução financeira do Contrato n. 2/2014 merecem a chancela deste Colendo Tribunal.

Ante ao exposto, acolho o entendimento da equipe técnica da 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) e o parecer do MPC, e **DECIDO:**

1. pela **legalidade e regularidade** dos atos de execução financeira do Contrato Administrativo n. 2/2014, com fulcro no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, c/c o art. 120, III, RITC/MS;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme o art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande-MS, 8 de novembro de 2017.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

ejo